

POLÍTICAS POPULACIONAIS, MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO¹

Marli Renate von Borstel Roesler²
Eugênia Aparecida Cesconeto³

Notas Introdutórias

As migrações dizem respeito a um fenômeno universal, pois atingem a praticamente todo o planeta, e também um fenômeno estrutural, fruto da sociedade globalizada, de fronteiras cada vez mais franqueadas e de mercados abertos e livres, bem como fruto das estruturas da pobreza e violência mantidas ou criadas por essa nova sociedade. Assim tornou-se uma preocupação de diversos setores da sociedade que procuram conhecer e buscar soluções a essa problemática, que segundo dados do Pontifício Conselho para a

¹ A versão preliminar desse artigo foi apresentada no 2º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, em Curitiba, de 27 a 29/11/2003, sob título Políticas populacionais e migrações: reflexões para se pensar as estratégias de desenvolvimento. Contou com a participação das acadêmicas Débora Aparecida Melo de Oliveira e Nara Juliana Scheren, do Curso de Serviço Social da UNIOESTE/Campus de Toledo.

² Doutora em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica /São Paulo, Assistente Social, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Toledo). Pesquisadora do GEPEC – Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional. E-mail: marliroesler@unioeste.br

³ Mestre em História Social – UFF/Rio de Janeiro, Assistente Social, Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Toledo). Pesquisadora do GEPEC – Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional. E-mail: cesconeto@unioeste.br

Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (29/05/2004) envolve cerca de 200 milhões de seres humanos. As Conferências sobre populações tem propiciado avanços nas discussões no que diz respeito às dimensões das esferas individual, familiar e social do processo reprodutivo, enfatizando o entendimento de políticas populacionais em relação aos deslocamentos (migrações), nacionais e internacionais, de indivíduos, famílias ou grupos sociais. O aumento da migração esta relacionada às dimensões demográficas, e encontra-se estreitamente ligada às estratégias de desenvolvimento, e também a expectativa de maiores oportunidades de emprego e de condições do ambiente natural.

A demarcação de políticas migratórias sempre esbarra com questões globais, com processos de decisões amplas referentes à dinâmica econômica em seu conjunto. Por isso a conseqüente necessidade do delineamento das políticas populacionais. As contradições mais claras, referentes às migrações internas e internacionais, evidencia-se no diagnóstico, que reflete as características, tendências, conflitos, desafios, e as propostas de ações e medidas, visando ajustar a convivência entre países ricos e pobres, católicos e muçulmanos, desenvolvidos, em desenvolvimento e ex-socialistas.

Essa produção integra as atividades desenvolvidas na disciplina: Núcleo Temático: Políticas de População, Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Curso de Serviço Social da UNIOESTE/Toledo. Objetiva discutir às relações sócio-produtivas e organizacionais das populações e em suas constantes buscas de melhores condições de vida. Tais discussões partem do entendimento dado aos fluxos migratórios (deslocamentos) na contemporaneidade, e em sua trajetória histórica em especial na região sul do Brasil. Deslocamentos esses que por sua vez envolvem as condições do *habitat* e de crescimento econômico, definindo a territorialidade, as identidades culturais diferenciadas, as determinações físicas e ecológicas sustentáveis aos processos de desenvolvimento.

Políticas de População uma Discussão Preliminar

Cada país tem o direito soberano de aplicar as recomendações contidas no Programa de Ação da Conferência do Cairo⁴ de conformidade com suas leis nacionais e

⁴ O Programa de Ação do Cairo aborda o tema População de forma abrangente, distribuído em 16 capítulos. Dentre eles encontra-se os temas: Inter-relações entre população, crescimento econômico sustentado e desenvolvimento sustentável; Igualdade de gênero; equidade a capacitação (“empowerment”) da mulher; Família, seus papéis, composição e estrutura populacional; Crescimento e Estrutura Populacional; Direitos

com suas prioridades de desenvolvimento, respeitando plenamente os diversos valores religiosos, éticos e culturais de seu povo, e de forma compatível com os direitos humanos internacionais universalmente reconhecidos.

O Programa de Ação, no que diz respeito às migrações internas, desenvolve-se a partir de três linhas de preocupação: a primeira linha refere-se à tendência mundial de predominância urbana como área de residência, sendo que as estimativas indicam que mais da metade da população mundial viverá em localidades urbanas no ano 2005. A segunda linha é a preocupação com os aglomerados urbanos, com previsão de duplicação até o ano 2010. A terceira linha de preocupação, diz respeito aos deslocamentos internos forçados.

Os objetivos de ação e as medidas propostas frente a esse diagnóstico sugerem novos mecanismos de gestão local com participação comunitária, retomada do esforço de planejamento regional e urbano, incentivos agrícolas, traslado de plantas industriais para áreas não urbanas, capacitação adequada de mão-de-obra, utilização de processos produtivos com mão-de-obra intensiva, apoio ao acesso à propriedade e uso da terra, entre outras.

A respeito da questão das migrações internacionais, foi diagnosticada e proposta medida concreta frente aos migrantes documentados e sem documentos e aos refugiados políticos, visto que o número de migrantes, no momento da realização da Conferência, incluindo refugiados, havia sido estimado em mais de 125 milhões de pessoas, e a entrada líquida de migrantes nos países desenvolvidos, nos cinco anos anteriores, havia sido de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas por ano (Patarra, 1997).

Os deslocamentos internacionais são vistos como resultantes dos desequilíbrios econômicos internacionais, da pobreza e da degradação ambiental, com a falta de paz e segurança, das violações dos direitos humanos e dos distintos graus de desenvolvimento das instituições jurídicas e democráticas. As medidas propostas tomam em conta a questão da remessa de divisas, sugerindo a adoção de políticas monetárias e cambiais, bem como prestação de serviços bancários que permitam a transferência oportuna e segura de fundos para com isso aumentar a poupança nacional.

reprodutivos e saúde reprodutiva; Saúde, mobilidade e mortalidade; Distribuição populacional, urbanização e migrações internas; Migrações Internacionais; População, desenvolvimento e educação; Ações Nacionais; Cooperação Internacional; dentre outras (Patarra, 1997).

A tendência ao crescimento das migrações internacionais é inevitável, pelo menos em curto prazo, recomendam-se mecanismos de transferências produtivas de recursos, medidas favoráveis à reintegração de migrantes aos seus países de origem, bem como apoio dos países desenvolvidos a um elenco de ações, acopladas a uma assistência financeira internacional, que atuem as desigualdades responsáveis pelos deslocamentos massivos.

A grande tônica que tem sido debatida sobre a Conferência do Cairo, aponta para as novas perspectivas de compreensão da questão populacional, onde as definições de saúde e de direitos reprodutivos incorporam perspectivas de ações e de mudanças nos padrões de desenvolvimento do país.

O Programa de Ação do Cairo trata da questão, de integração e a realização de trabalhos em parcerias entre o setor público, privado e sociedade civil, ou seja, a atuação do setor privado na área do planejamento familiar.

No Brasil algumas entidades privadas têm atuado, desde meados dos anos 60, na questão da fecundidade. Estas foram influenciadas pela visão neomalthusiana, ou seja, de que uma das principais causas das dificuldades sociais e econômicas dos países não desenvolvidos é o crescimento acelerado de suas populações.

Nos anos 70 e 80 houve um aumento no número destas entidades, alterou-se sua forma de organização, diversificou-se seu modo de prestar serviços e foram realizados convênios com empresas, sindicatos, associações e com o próprio setor público. Durante os anos 80, houve uma modernização do seu discurso, deixando-se de enfatizar a preocupação com o problema do crescimento demográfico / controle da natalidade.

No campo da política pública internacional, não existe uma política de população concernente à fecundidade ou leis que especificam essa problemática. No entanto, podemos citar que no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, destacam-se as primeiras preocupações com a política de população – em específico a fecundidade; por exemplo, ao referir-se à questão da regulação dos nascimentos, no seu capítulo que trata sobre a família, considera que o planejamento familiar é um direito do casal e que o governo deve oferecer informações e recursos para a realização desse direito.

Outra preocupação consta na política de saúde onde contempla a questão da concepção e da anticoncepção – sem objetivos demográficos – como parte de uma atenção

mais abrangente à saúde das mulheres, onde podemos citar o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PAISM), do Ministério da Saúde.

O PAISM tem sido utilizado por todas as delegações oficiais, nos debates em fóruns nacionais e internacionais – tanto nos espaços dos movimentos sociais quanto nos espaços oficiais – como um modelo de concepção de atendimento à saúde. No entanto, o indicador de saúde da população feminino não tem alterado ao longo dos anos e o que se vê hoje no executivo é o Ministério da Saúde voltar a usar a formulação de programas materno – infantil e insistir em colocar as ações de saúde da mulher como estratégia para a redução da mortalidade infantil, pois esta discussão remete novamente para a questão da implementação do programa de assistência integral a saúde da mulher.

Assim buscam-se formas inovadoras de realizar diagnósticos institucionais que permitam identificar os pontos onde estão situadas as resistências à operacionalização dos programas propostos (questões éticas, religiosas, legais etc) anteriormente discutidas e que aguardam definição e execução.

Segundo a FIBGE (1996), nos anos 50, a taxa de crescimento médio anual da população era em torno de 3%, e nos anos 80, passou a ser em torno de 1.9%. Nos anos 50, a fecundidade total era em torno de 5,3 filhos por mulher, e nos anos 80, passou a ser de 2,7. Este declínio esteve associado a uma elevada prevalência no uso de meios anticoncepcionais (Patarra, 1997).

A igreja católica considera que o aumento demográfico não é responsável pelos problemas econômicos e sociais dos países pobres, opondo-se desta maneira a uma visão neomalthusiana. Quanto à regulação dos nascimentos, defende a idéia de paternidade responsável, que poderá ser exercida pelo casal através dos métodos naturais.

O movimento feminista, na metade dos anos 70 apresentava, uma visão crítica ao neomalthusianismo e às atividades desenvolvidas pelas entidades de planejamento familiar, bem como eram contrárias a qualquer posição coercitiva do governo sobre a fecundidade. Mostravam-se, no entanto, sensíveis à demanda das mulheres por informações e meios referentes à regulação da fecundidade. Para o movimento feminista, o problema da contracepção precisava ser enfrentado – situando-se no âmbito do direito da mulher ao controle do seu corpo, o que envolvia questões relativas à sexualidade e à reprodução.

Considerações sobre o fluxo migratório

Para Matos (2003), o sentido de migrar deve buscar inicialmente a compreensão etimológica no termo latino *migrare*, que significa passar de um lugar para outro, mudar de residência. O vocábulo "migrar" é utilizado ora para designar uma série de movimentos populacionais de duração, magnitude e longitude variáveis, ora apenas algum dos seus elementos.

Encontram-se tipologias diferenciadas das migrações, tendo em conta os seus determinantes. Segundo as fronteiras⁵ atravessadas: nacional: intra ou inter-bairros (mobilidade residencial); inter-municipal; inter-regional; internacional: intracontinental; intercontinental.

Em princípio, ainda segundo Matos (2003) a ordem de apresentação destes tipos de migração corresponderia a uma ordem crescente de ruptura que são introduzidas na vida cotidiana e na cultura do migrante. A passagem de um espaço cultural relativamente contínuo para um espaço geográfico-administrativo discreto.

O elemento "fronteira" surge, ainda, com um carácter perturbador em análises de médio e longo prazo nos planos de desenvolvimento e que englobam a alteração ou não divisões territoriais e possibilidades de acesso aos bens e serviços sociais.

A segunda tipologia apresentada está relacionada à duração e/ou periodicidade da migração em curso: movimentos pendulares: diários, semanais; migrações periódicas: sazonais; duração variável; migrações de breve duração (menos de 1 ano); migrações de duração média (1-5 anos); migrações definitivas ou de longa duração (mais de 5 anos). Nesse caso, a duração das migrações é, na maior parte das vezes, estabelecida a priori, com base nas intenções dos migrantes. Isto é, de acordo com a ONU, considera-se "migração permanente" um movimento de pessoas entre duas unidades administrativas, envolvendo uma estadia superior a um ano.

A terceira tipologia diz respeito à voluntariedade: migrações voluntárias; individuais; núcleos familiares; grupos; migrações forçadas: deportação / êxodo; causa bélica; catástrofe natural; catástrofe ecológica; razões políticas.

⁵ Fronteira "é definida ao mesmo tempo como construção ideológica, traço cultural e conjunto de fenômenos concretos extremamente diversos (entre os quais o único elo é muitas vezes o fato de pertencer a um mesmo campo de representações) onde se encontra a presença do Estado em todos os níveis" (AUBERTIN, 1988).

A quarta tipologia apresenta o motivo dado à migração em curso: trabalho; familiar (ex: casamento); saúde; estudo; político; étnico ou religioso; catástrofes; bélicas; ecológicas; naturais.

Em relação aos migrantes, é conveniente salientar duas grandes categorias: os refugiados e os migrantes econômicos. Assim a civilização ocidental diante da fronteira aberta, dos espaços vazios e o condicionante pela febre da América que se traduziu nos movimentos trans-oceânicos (tráfico, negócios, mercadorias, lucro) de população européia. Foi um período de radicais transformações, também nos meios de comunicação pela expansão das ferrovias e pelo incremento da navegação a vapor. A ampliação do capitalismo causou o crescimento demográfico, o desenvolvimento dos transportes, a prosperidade de uns seletos e a miséria de outros tantos. Com o desenvolvimento da indústria fabril e dos meios de transporte, na Europa, houve então a destruição de um equilíbrio baseado na agricultura e em ofícios rurais, mudando as relações de produção, houve com isso uma situação de repulsa na Europa, e ao mesmo tempo, uma situação de atração além-mar.

Se essas transformações geraram a crise, também criaram múltiplas condições para sua superação. O descontentamento levava os europeus a procurarem algo novo; a pobreza, a falta de perspectiva e também porque faz parte do vivido dos homens, como alternativa migrar-se para a América. Os camponeses europeus e proletários vão constituindo uma sociedade típica, tendo atividades econômicas, culturais, sociais e políticas.

A emigração serviu também para aliviar tensões internas, causadas pelas “estruturas internas regidas, pela ausência de capitais e pela manutenção das mesmas relações de produção”. Os Germânicos se caracterizavam por um forte misticismo, que teria acompanhado os migrantes, criou-se uma ilusão e um misticismo em torno do conceito de propriedade agrícola com condição pessoal e a salvação econômica das agriculturas, com relação aos Italianos, está inerente aos migrantes a idéia de que a propriedade privada da terra é condição pessoal e familiar. A própria religiosidade, bastante arraigada nesses migrantes, influi muito na mentalidade de que o estilo de vida natural na pequena propriedade rural.

Os imigrantes entraram no Brasil primeiro como colonos estrangeiros, isto é, como indivíduos subordinados as autoridades governamentais, os imigrantes eram sinônimo de

trabalhador; também tem por outro lado ideologias de superioridade étnica que visualizam o brasileiro de forma estereotipada (caboclo, indolente, preguiçoso), a definição dos estereótipos é de parte a parte. O europeu no Brasil (principalmente na região sul) tornou-se um eterno migrante e foi responsável pela constituição de um espaço característico.

Segundo Gregory (1997), observa-se na colonização do sul as questões étnicas muito presentes, as sociedades coloniais apresentavam ora atração e ora repulsão pelo imigrante. Tomando-se como exemplo a colonização no Paraná ocorreu sob a forma de grandes concessões de terras nas áreas despovoadas para que ocorresse a ocupação. Contudo devido ao favorecimento a grandes empresas estrangeiras, a colonização não ocorreu conforme previsto. Não resultaram na ocupação da terra, nem na sua distribuição por colonos, pequenos proprietários. Exploraram de modo depredatório as matas e os ervais, com suas *obrages* e *mensus*. A ação conjugada do governo e da iniciativa privada favorece o crescimento demográfico do Paraná, assim como a expansão das atividades econômicas viabilizadas pelo processo de colonização organizada.

Em relação ao grande índice de migrações de brasileiros para os países do Cone Sul, deve-se ao fato do baixo preço das terras e estas terras são compradas tanto por pequenos agricultores que ficaram às margens da industrialização agrícola, como por empresários agrícolas.

A política agrícola nas décadas de 1970/80 destes países, para democratizar a terra e diminuir o poder dos latifundiários, acabou facilitando o desenvolvimento do mercado de terras agrícolas. O preço da terra é formado a partir da concorrência entre compradores e vendedores e a riqueza que esta pode gerar. De tal forma que o preço das terras varia de região para região. A política de modernização da agricultura nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil elevou os preços das terras, o que acarretou a saída de agricultores do campo para as cidades e para regiões agrícolas da fronteira ou do exterior.

Segundo Reydon e Plata (1995), muitos brasileiros viviam, ou ainda vivem ilegalmente nos países do Cone Sul e outros foram trabalhar de empregados para grandes empresários agrícolas brasileiros em outro país, em condições contratuais desfavoráveis. E muitos deste, hoje estão voltando miseráveis para o Brasil.

O fluxo de emigrantes brasileiros para a Argentina não é muito alto porque a legislação daquele país proíbe, aos estrangeiros a aquisição de terras nas fronteiras. Mesmo

assim agricultores, principalmente gaúchos, migram para a Argentina e muitos deles são deportados. Porém, o número de pequenos agricultores no leste da Argentina, oriundos do Brasil é expressivo (principalmente descendentes de europeus) muitos destes agricultores vivem lá de forma ilegal, são pequenos agricultores ou peões. A estimativa é de que a migração para o leste missioneiro aumente consideravelmente nos próximos anos, pelas facilidades apresentadas pelo Mercosul e pela crescente expulsão de pequenos proprietários do campo no Brasil.

Na década de 1970 a migração para o Uruguai era de agricultores com pouca ou sem terra. Nos anos 80 passa a ser de latifundiários, gaúchos e paulistas. Pelo menos 10% do território nacional está em mãos de estrangeiros. Não existem restrições para a compra de terras por estrangeiros no Uruguai, apenas as áreas à cima de mil Hectares devem ser registradas no Instituto Nacional de Colonização Uruguia (Salim,1995).

No caso do Paraguai, a marcha para o “leste” foi quase simultânea a marcha para o “oeste”, esses processos indicaram grandes riquezas de possibilidades demonstrando às transformações sócio-econômicas e demográficas de sua fronteira agrícola. A fronteira agrícola do Paraguai recebeu um fluxo de migrantes oriundos do Sul do Brasil superior ao número de migrantes daquela mesma região que se dirigiu aos estados de Mato Grosso e Rondônia, durante a década de 70.

A “Reforma” agrária do Paraguai beneficiou em muito os estrangeiros, principalmente os brasileiros que possuíam recursos próprios, ampliaram a renda do solo com aquisição de outras terras, geralmente com preço inferior as terras de origens, acelerando em meados de uma década a transformação econômica da fronteira agrícola do país. Os processos de acumulação por meio da apropriação rápida das terras trouxeram como principais conseqüências, a ampla devastação das florestas, a especialização da produção agrícola, a desarticulação da economia de sustentação dos camponeses paraguaios, o aumento do contingente de trabalhadores rurais e sem-terra, e o crescimento do trabalho assalariado, inclusive entre os imigrantes brasileiros.

Durante os anos de 70, os Brasiguaios (Junção de brasileiros e paraguaios, tornam-se indivíduos deserdados e sem identidade nacional, nem brasileiros no exercício da cidadania e nem paraguaios na condição de estrangeiros) passando a povoar cerca de um

quarto do território paraguaio. Sendo 63% paranaenses, 18% catarinenses, 12% gaúchos, e 7%mineiros e nordestinos (Salim,1995).

As transformações acentuam-se no decorrer da década de 70, marcada pelo início da construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional, devido à expansão comercial experimentada pela região e ao rápido crescimento urbano de Ciudad del Este, de Porto Presidente Franco e de Hernandarias, e implicou em uma diversificação notável dos fluxos migratórios dos quais a região lindeira (municípios que compõem a margem paraguaia do lago binacional de Itaipu) se tornou receptora, seguindo as regras de um ciclo que combina expansão/expulsão(BELLO apud ROESLER, 2002).

Do lado brasileiro, podemos mencionar que nova dinâmica intensificou o desenvolvimento regional na organização da economia local e a Itaipu Binacional, marcou a história recente em dois períodos: antes e depois da obra. A construção da Hidrelétrica segundo ROESLER (2002), causou forte impacto em toda a região do extremo oeste do Paraná, principalmente no município de Foz do Iguaçu, em virtude da localização do canteiro de obras situado no Município.

A construção da Hidrelétrica tornou-se um fator importante de atração de correntes migratórias trazendo, um contingente populacional de trabalhadores e seus familiares de outras partes do Estado e do país. No ápice de sua construção (1978), que empregou cerca de 40 mil trabalhadores. Nesse período, o município de Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE, que contava em 1970 com 33.970 habitantes, passou a ter, em 1980, 136.320 habitantes. Isto é, se comparada à população de 1960, de 28.080 habitantes, registrou-se um crescimento de 385% no total da população do Município em apenas 20 anos.

Boa parte dessa migração (calculada inicialmente em 70.000 e que passou a mais de 300.000 no decorrer da década de 70) é de origem brasileira, embora nem toda seja de origem rural, mas, assentou-se nas zonas rurais do Paraguai. Estimou-se no Censo Paraguaio de População e Domicílios de 1992, só no Departamento de Alto Paraná que havia 53.205 habitantes nascidos no Brasil, dos quais 79,35 % estavam assentados em zonas rurais, em especial, povoados e cidades dos departamentos paraguaios de Alto Paraná, Canindiyú e Itapúa.

Ainda, existem também importantes fluxos migratórios transfronteiriços, de curta duração e distância que remetem à mobilidade dentro da região de Itaipu, como por exemplo: entre Foz do Iguaçu – Ciudad del Este; Guaíra/Mundo Novo – Saltos del Guaíra, e Ponta Porã – Pedro Juan Caballero ou, inclusive, entre localidades menores, como nas relações que ocorrem entre Bela Vista ou Antônio João – Capitán Bado.

Considera-se ainda que, cerca de 20 mil paraguaios residem em cidades brasileiras, dentre elas a de Foz do Iguaçu. Sabe-se também que existe uma quantidade importante de migrantes definitivos de origem árabe (principalmente sírios e libaneses) residindo em Ciudad del Este, mas que fizeram escala migratória no Brasil antes de se fixarem em território paraguaio (ROESLER, 2002).

É importante assinalar que existem marcadas diferenças na caracterização do movimento dos migrantes brasileiros no Paraguai, que não são apenas de origem alemã, polonesa, italiana, brasileira, mas há descendentes de outras nacionalidades européias e orientais, bem como, brasileiros negros provenientes do norte do Brasil, de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul.

Parte desses migrantes passam a formar uma espécie de burguesia agrária, provenientes dos Estados do sul do Brasil, estabelecidos na região do Alto Paraná, de Canindeyú, do norte de Itapúa e de Caaguazú, desde a primeira metade da década de 70. O segundo grupo é constituído por agricultores médios, porém sem muita capitalização para o trabalho mecanizado em terras com alta fertilidade. Um terceiro grupo, caracteriza-se pelos arrendatários, uma modalidade relativamente extensa no Brasil, mas desconhecida no Paraguai, pois seus interesses comerciais, não são de subsistência. Por último, há o grupo constituído por aqueles a quem se designa propriamente de brasiguaios, formado por ocupantes sem título de terra, que é sempre inferior a cinco hectares; por proprietários de títulos provisórios; por famílias agregadas que trabalham por contrato e assalariados agrícolas sem contratos fixos (bóias frias), e que constituem, na atualidade o maior contingente de brasiguaios (SOUCHAUD *apud* ROESLER, 2002).

Os imigrantes brasileiros, segundo dados fornecidos pela Inspeção de Migração – via Vice-Consulado Brasileiro na Ciudad Salto Del Guairá em 1999,

representam 60% da população do Departamento de Canindeyú, concentrando-se na zona rural, em atividades de reflorestamentos e em pequenos centros urbanos. Desses cerca de 90% dos imigrantes, estão vinculados à agricultura, pecuária e indústria madeireira. A região de Ciudad Salto Del Guairá, com população estimada em 4.955.238 habitantes (1996), é problemática sob os aspectos de falta de infra-estrutura básica, por tráfico de veículos roubados, assaltos nas fazendas, contrabando de toras de madeira, crimes violentos (vítimas e criminosos brasileiros na maioria dos casos), bem como tráfico de drogas.

A maioria dos trabalhadores imigrantes está constituída por assalariados, trabalhadores por empreitada e por arrendatários sem contrato formal, sendo que, em sua grande maioria, recebem salário inferior ao mínimo legal no Paraguai. E segundo estimativas levantadas em 1995, cerca de 80% dos imigrantes brasileiros estavam ainda em situação irregular no país, e mais de 50% não possuíam a documentação de origem, exigida para tramitar o pedido de carnê de imigrantes (ROESLER,2002).

Dos principais problemas que afetam os brasiguaios, a falta de documentação completa, típico de todos os migrantes de baixo nível sócio-econômico (ou dos que querem também manter a nacionalidade e a identidade brasileiras); falta de organização dos brasiguaios no modo de reivindicação de suas demandas concretas; a deficiência ou inexistente cobertura dos serviços públicos básicos, principalmente quanto às condições das estradas vicinais para o transporte da produção até rotas asfaltadas; educação; saneamento básico; água encanada; eletricidade e telefonia rural. Problemas esses acompanhados pela própria Pastoral do Migrante do Brasil ou pelo Movimento dos Sem-Terra, este último como sendo uma das principais causas do retorno de muitas famílias brasileiras, muitas delas concentradas e assentadas nas seguintes localidades do estado do Mato Grosso do Sul: Mundo Novo, Eldorado, Sete Quedas e Naviraí.

Segundo ROESLER (2002), as possibilidades de manejar em alguma medida, a migração internacional deveria estar muito vinculada à opção de permanecer no próprio país, o qual requer um crescimento econômico sustentável assim como a equidade e estratégias de desenvolvimento compatível com esse objetivo. Assim, este

fato mostra-se como um alerta às autoridades locais e nacionais que discutem o processo migratório em áreas de fronteira.

Segundo dados obtidos do ensaio: *Pobreza e Qualidade de Vida na Esfera do Mercosul*: desafios e possibilidades para uma integração integral são inúmeros os problemas enfrentados na cidade de Foz do Iguaçu, envolvendo a rotatividade de migrantes vindos de diversas partes do Estado e do país, bem como do fluxo de imigrantes na fronteira com o Paraguai e Argentina. Informações do Centro de Triagem e Recepção ao Migrante, órgão municipal ligado à Secretaria de Ação Social de Foz do Iguaçu, relativo ao 1º semestre de 1997, grande parte dos migrantes que entram na cidade estão à procura de empregos e familiares. A média de atendimento mensal gira em torno de 441 atendimentos/mês (ROESLER, 2002).

Sobre essa dinâmica de pessoas, exemplifica-se que, nesse período, foram realizadas 259 mudanças, envolvendo no fluxo 849 pessoas, uma média de 3,2 pessoas por família. Do total de mudanças, 158 (61%) entraram em Foz do Iguaçu, sendo que 17 (6,7%) saíram de Foz do Iguaçu. Observa-se também que 33 mudanças, 12,7 foram para o Paraguai, e 51 mudanças saíram do Paraguai com destino a Foz do Iguaçu, uma diferença de 35% a mais. Os registros, não apontam onde tais mudanças se alojam e segundo informações do setor de atendimento, na grande maioria são brasileiros que foram para o Paraguai e voltaram em condições piores do que chegaram.

Esse é um fluxo de mudanças e de pessoas que se dirigem, principalmente, em sua maior parte, a Foz do Iguaçu e ao perímetro da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Os problemas cotidianos são inúmeros e exigem iniciativas de ações comuns entre os dois governos, principalmente as que se direcionam para solucionar a magnitude da realidade social que envolve crianças e adolescentes em cárceres junto com adultos e em condições precárias, à exploração do turismo sexual, do “brasiguai”, dos que não conseguem atendimento social no Paraguai e buscam-no no lado brasileiro. Uma situação agravada também pela falta de documentos e condições de acompanhamento, o que os torna verdadeiros “não cidadãos”, nem brasileiros nem paraguaios.

Referendando-se aqui que o Plano Cruzado (1986) com a proposta de estabilizar a economia, foi um dos fortes fatores que atraiu os emigrantes de volta a sua terra natal. O Tratado de Constituição do Mercado Comum do Sul – Mercosul foi assinado em Março de 1991, entre os governos do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, determinando uma série de ações cooperativas em vários setores e atividades. A implantação da “união aduaneira” o Mercosul deverá caminhar no futuro próximo rumo ao mercado comum, onde além de mercadorias, também capitais serviços e pessoas circularão livremente.

Os países membros concluíram acordos importantes na área social, dentre eles, reconhecendo-se diplomas escolares de primeiro e segundo graus, melhorias nos sistemas de transportes, comunicação e segurança pública, assim como expansão das redes sociais, maior movimentação de trabalhadores entre os países membros do Mercosul, acelerando a migração intrarregional em suas modalidades permanente e temporária.

Neste contexto, surge a melhoria das estatísticas sobre os migrantes e suas remessas de divisas, além da premência do intercâmbio de informações entre os países expulsos e receptores de migrantes, visando a solução de questões relacionadas aos aspectos de assistência aos trabalhadores migrantes e sua família, proteção à mulher migrante, migração de pessoal especializado, imigrantes irregulares e sem documentos primários.

Considerações finais

O fortalecimento do Mercosul poderá tanto agravar a situação dos trabalhadores rurais em mobilidade no espaço regional como, pelo efeito cumulativo favorecer aos grandes latifundiários e empreendedores de tornar mais competitivo o mercado de produtos agropecuários, comerciais e industriais.

Em relação à quantidade de brasiguaios no Paraguai o fluxo migratório relatado em síntese, apesar de sua importância para a execução de políticas públicas estaduais e locais, não vem recebendo incentivo governamental adequado à sua melhor investigação e que resultem em produtos concretos quanto à ampliação de projetos de geração de subsídios à elaboração de políticas relacionadas ao novo quadro de mobilidade da população no plano regional.

Quanto aos deslocamentos internos – especialmente na região sul, os mesmos acontecem devido à ocupação econômica da região. A estruturação do sistema urbano

configurou-se em uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nítidas áreas de concentração. Nos anos 70, devido a mudanças no setor agropecuário, gerou o esvaziamento de extensas áreas rurais, direcionando os fluxos migratórios para diversos centros urbanos.

Existe uma diversificação da base produtiva da região sul. No Paraná as atividades do setor primário em 1970 correspondiam por volta de 40% da renda, e passam a ser superadas pelo setor secundário que em 1996 está com 50%, mesmo assim a agricultura tem um papel importante (OKUBARU: 2003).

A indústria metal mecânica tem importância principalmente nos anos 90, centrada na região metropolitana de Curitiba. Em Santa Catarina a década de 70 estruturou sua conformação atual. Nos anos 80, o setor industrial é diversificado e a mesorregião norte catarinense é o principal polo industrial do Estado. A mesorregião do Vale do Itajaí vem em seguida, pois reúne os maiores centros produtores do complexo têxtil e de confecção. Em terceiro lugar vem a mesorregião do oeste catarinense onde atuam os grupos da agroindústria.

O perfil concentrador é a característica mais forte do novo padrão indústria, com formação de grandes grupos que já se expandem para outras regiões. A economia brasileira nos últimos 30 anos sofreu uma desconcentração econômica a partir do sudoeste. Os três Estados do Sul têm em comum a tendência de fortalecimento dos segmentos metal-mecânico.

No Paraná existem assim, áreas de aglomeração, pela concentração de investimentos econômicos. O mesmo acontece com a região de Joinville, Blumenau, Brusque em Santa Catarina e com a região metropolitana de Porto Alegre.

Os anos de 1970 representam para a região sul um período de urbanização intensa, e vêm a se confirmar na década de 80 e início dos anos 90. Conseqüentemente, a população rural sofreu fortes decréscimos. Os movimentos migratórios refletem as diferentes etapas no processo de transformação da estrutura produtiva regional.

A imigração de retorno começa a ter impulso nos anos 80, devido ao esgotamento das oportunidades e as dificuldades econômicas. Porém, mesmo assim as aglomerações metropolitanas continuam sendo focos receptores tanto imigração interna quanto intra – estatal, e a crise no meio rural continua expulsando parcelas da população.

A principal característica da rede urbana sulina (três Estados), é a constituição de espacialidade de concentração e esvaziamento. Os centros urbanos com população superior a 50 mil habitantes são fundamentais na organização da rede urbana regional, pois aglutinam aglomerações urbanas e metropolitanas (MOURA: 1999).

Na região sul os municípios rurais predominam, ou seja, as atividades estão centradas no setor primário. Os municípios de média e grande dimensão, com população superior a 50 mil habitantes e com grau de urbanização superior a 75%, com atividades centradas principal mente na indústria, comércio e serviços, são os pólos da rede urbana e os principais integrantes da aglomeração da região sul.

Ao longo do eixo de aglomerações que vai de Curitiba passando pelo leste de Santa Catarina (Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma) até a de Porto Alegre e Caxias do Sul, situam-se os municípios com as maiores taxas de crescimento populacional da região. O complexo metropolitano Riograndense constitui-se com 33 municípios, o Paranaense compreende 20 municípios, dos quais 10 se encontram numa mancha de ocupação contínua. Já o complexo Catarinense compreende 34 municípios.

Os efeitos na dimensão social e nos arranjos espaciais provocados pela dinâmica econômica da região sul nos últimos anos, exigem novos mecanismos institucionais de planejamento e gestão pública voltados ao desenvolvimento com sustentabilidade dos recursos naturais. O crescimento diferenciado regionalmente, desequilibrado e injusto socialmente, é influenciado em grande parte pela localização de oportunidades econômicas, o que leva as aglomerações nos centros urbanos sem que sejam asseguradas as condições necessárias de qualidade de vida das populações assentadas ou não.

Com o declínio e/ou automação das atividades industriais, continuará ocorrendo uma regressão do mercado de trabalho com conseqüências diretas na remuneração e na estrutura social. Continuará aumentando também a informalização, com trabalhadores sem carteira assinada ou trabalhando por conta própria.

Pode-se assim concluir que a intensificação da concentração de renda promove o processo segregado e excludente da ocupação do espaço urbano – resultando também no aumento da contradição entre áreas nobres e periféricas. No campo que é área onde ocorre a desconcentração populacional, de características espaciais contraditórias, do rural moderno conectado as novas relações econômicas e tecnológicas, persiste um rural arcaico que não

viabiliza a inclusão social e um dinamismo produtivo que garanta condições para a retenção de sua população tradicional e emergente. Eis uma questão social e ambiental posta às práticas dos profissionais do Serviço Social, em especial em áreas transfronteiriças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; País: ORSTOM, c1988.
- GREGORY, Valdir. Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Tese de Doutorado: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- MATOS, Cristina. *Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais*. Lisboa: SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações: Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa. <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>, 2003.
- MOURA, Rosa; Kleinke, Maria de Lourdes Urban. Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento: Economia Estado e Sociedade*, nº 95. Curitiba: IPARDES, 1995.
- OKUBARU, Fábio. Grande Curitiba Ganhará mais 1,5 milhão de pessoas até 2020. In: *Jornal Gazeta do Povo*, 18/08/2003, p. 03.
- PATARRA, Neide Lopes. Política de Populações no Brasil pós Conferência do Cairo: questões dos deslocamentos populacionais. In: BÓGUS, Lucia; PAULINO, Ana Yara (Orgs.). *Políticas de Emprego, Políticas de Populações e Direitos Sociais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- REYDON, Bastiaan P. ; PLATA, Ludwig Agurto. Migrações e os mercados de terra agrícolas no Cone Sul. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- ROCHA, Maria Izabel Baltar. Estado, Sociedade e Regulação dos Nascimentos. In: BÓGUS, Lucia; PAULINO, Ana Yara (Orgs.). *Políticas de Emprego, Políticas de Populações e Direitos Sociais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- ROESLER, Marli Renate von Borstel. Costa oeste do Paraná e a Hidrelétrica Binacional de Itaipu: um estudo sobre a dinâmica da gestão ambiental nos municípios limítrofes. Tese de Doutorado, PUC/SP, São Paulo, 2002.
- SALIM, Celso Amorin. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.